



TEORIA E EXERCÍCIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM-RJ

PROFESSOR I – MATEMÁTICA

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Redação Discursiva
- ✓ Informática Básica
- ✓ Conhecimentos Gerais
- ✓ Conhecimentos Pedagógicos e em Legislação Aplicada
- ✓ Conhecimentos Específicos
- ✓ Conhecimentos em Legislação (On-line)

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026



Prefeitura Municipal de Guapimirim-RJ

Professor I – Matemática

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Professor I – Matemática de acordo com o Edital nº 01/2026, da Prefeitura Municipal de Guapimirim-RJ.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Instituto ACCESS, organizadora contratada para a realização do certame, questões de bancas variadas, para que você amplie seu repertório de prática, e questões inéditas, preparadas por profissionais da área para melhor atender às necessidades do edital e aproximar a prática do estilo de cobrança da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Informática Básica e Conhecimentos em Legislação disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO **IMPORTANTE**

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	9
■ TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS	12
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	22
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	23
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	24
Colocação Pronominal	33
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO	41
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	51
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	53
■ CRASE	60
■ PONTUAÇÃO.....	62
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL	65
■ SEMÂNTICA.....	70
SENTIDO DAS PALAVRAS NO CONTEXTO.....	70
SINONÍMIA	70
ANTONÍMIA.....	70
POLISSEMIA	71
■ VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM	71
■ REESCRITA E CORREÇÃO GRAMATICAL DE FRASES E TEXTOS.....	72
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	83
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	83

CONHECIMENTOS GERAIS.....	117
■ TEMAS RELEVANTES E ACONTECIMENTOS ATUAIS DE INTERESSE MUNICIPAL, REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL RELACIONADOS À POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, CIDADANIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, SEGURANÇA, CULTURA, ARTES E LITERATURA	117
■ ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM, DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DO BRASIL	185
CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E EM LEGISLAÇÃO APLICADA	213
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO – SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO – ARTS. 205 A 214	213
■ LEI FEDERAL Nº 9.394/1996 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)	217
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS	245
■ LEI FEDERAL Nº 8.069/1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	250
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	311
■ FUNDAMENTOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA.....	311
MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	312
RACIOCÍNIO LÓGICO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	313
PENSAMENTO MATEMÁTICO E FORMAÇÃO CIDADÃ.....	314
MATEMÁTICA NO COTIDIANO	315
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO.....	315
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): COMPETÊNCIAS GERAIS E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA ÁREA DE MATEMÁTICA	316
■ NÚMEROS E OPERAÇÕES: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS E OPERAÇÕES	328
NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS: OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS E SUAS PROPRIEDADES	328
■ DIVISIBILIDADE	335
■ RAZÃO E PROPORÇÃO	336
PORCENTAGEM	339
■ POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO.....	341

■	ÁLGEBRA E LINGUAGEM ALGÉBRICA	345
	EXPRESSÕES ALGÉBRICAS.....	346
	EQUAÇÕES DO 1º GRAU	346
	INEQUAÇÕES DO 1º GRAU	348
	SISTEMAS DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU	349
	FUNÇÃO AFIM EM SITUAÇÕES-PROBLEMA	350
■	SEQUÊNCIAS E PADRÕES NUMÉRICOS.....	351
■	GEOMETRIA: FIGURAS GEOMÉTRICAS PLANAS E ESPACIAIS – LOCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NO ESPAÇO.....	355
	ÂNGULOS	355
	CIRCUNFERÊNCIA E CÍRCULO	357
	POLÍGONOS	359
	PERÍMETRO.....	360
	ÁREA	360
	VOLUME.....	363
	SIMETRIA E TRANSFORMAÇÕES GEOMÉTRICAS.....	374
■	GRANDEZAS E MEDIDAS.....	376
	MEDIDAS DE COMPRIMENTO, MASSA, CAPACIDADE, ÁREA, VOLUME E TEMPO, SISTEMA DE MEDIDAS, CONVERSÃO DE UNIDADES E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO GRANDEZAS E MEDIDAS	376
■	PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA.....	379
	LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS: COLETA E ORGANIZAÇÃO DE DADOS – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS	379
	MÉDIA ARITMÉTICA.....	383
	NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	384
■	METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA.....	389
	RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	389
	JOGOS E MATERIAIS MANIPULÁVEIS.....	390
	TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO DE MATEMÁTICA	392
	METODOLOGIAS ATIVAS: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA	393
	PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES MATEMÁTICAS	395

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

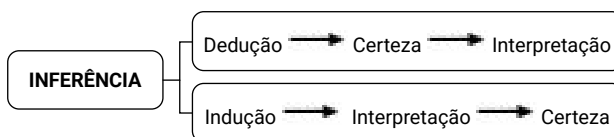
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

TEMAS RELEVANTES E ACONTECIMENTOS ATUAIS DE INTERESSE MUNICIPAL, REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL RELACIONADOS À POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, CIDADANIA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, SEGURANÇA, CULTURA, ARTES E LITERATURA

JANEIRO DE 2026

Mundo

● 56ª edição do Fórum Econômico Mundial¹

O encontro do Fórum Econômico Mundial (WEF) foi realizado em Davos, na Suíça, entre os dias 19 e 23 de janeiro e reuniu chefes de Estado e de governo, ministros, dirigentes de organismos internacionais, executivos de grandes empresas e especialistas.

As pautas concentram-se nas discussões dos principais desafios globais contemporâneos, com destaque para o crescimento econômico em um cenário de incertezas, a cooperação internacional, a inovação tecnológica, a sustentabilidade ambiental e, por último, a transição energética.

Um dos eixos centrais do encontro foi a intensificação das tensões geoeconômicas entre grandes potências, envolvendo disputas comerciais, cadeias globais de valor, política industrial e segurança energética. No que tange ao Brasil, os temas discutidos em Davos, na conferência, dialogam diretamente com desafios internos, como crescimento econômico sustentável, inserção competitiva no comércio internacional, transição energética e atração de investimentos externos.

Assim sendo, a realização do WEF e seus debates tiveram ampla repercussão, evidentemente, na imprensa internacional, assim como na brasileira, sendo analisados sob a perspectiva do posicionamento dos países no cenário global e da capacidade de atração de investimentos. A participação e o nível de representação nacional em eventos desse

porte costumam ser interpretados como indicadores da estratégia de inserção internacional dos Estados.

● Valorização do ouro e sinais de instabilidade econômica global²

O preço do ouro atingiu, no começo de 2026, valores recordes no mercado internacional, superando, pela primeira vez, a marca de US\$ 5.500. Esse fenômeno foi interpretado por analistas econômicos como um indicador de fragilidade da economia global.

Tradicionalmente considerado um ativo de proteção (ativo de refúgio), o ouro tende a se valorizar em períodos de elevada incerteza econômica, instabilidade financeira ou tensões geopolíticas. Segundo especialistas, a forte demanda pelo metal precioso reflete a perda de confiança em outros ativos financeiros, como moedas e títulos públicos, sobretudo em contextos de inflação persistente, desaceleração econômica e conflitos internacionais. Esse comportamento dos investidores é comparado a uma “febre”, pois revela uma busca intensa por segurança patrimonial.

Ao contrário de crises passadas, o contexto atual é marcado por um grave quadro de desarticulação institucional nos Estados Unidos e por tensões geopolíticas inéditas, intensificadas durante a segunda gestão de Donald Trump na presidência estadunidense. Entre outros fatores, a valorização expressiva do metal no início do ano de 2026 foi associada à incerteza no que diz respeito ao crescimento econômico mundial, às tensões entre grandes potências e também às dificuldades de coordenação das políticas econômicas globais.

Dessa maneira, o que se pode concluir é que a valorização do ouro não representa apenas uma oportunidade de investimento, mas também um termômetro da confiança dos agentes econômicos no funcionamento da economia global.

● Pressão política sobre o Federal Reserve dos EUA³

O presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, reagiu publicamente às ações da Casa Branca ao afirmar que a ameaça de uma acusação criminal estaria sendo utilizada como um pretexto para interferir nas decisões sobre a taxa de juros. Ao endurecer o discurso, Powell classificou a situação como uma pressão política inédita sobre o banco central estadunidense, destacando que tentativas desse tipo colocam em risco a autonomia da política monetária e a credibilidade institucional do Fed.

O episódio reacendeu o debate sobre a independência do banco central em relação ao Poder Executivo, princípio considerado fundamental para a estabilidade econômica. Enquanto Powell reforçou a necessidade de decisões técnicas baseadas em indicadores

1 JOHN, M. Confronto econômico entre países lidera riscos do Fórum Econômico Mundial. **CNN Brasil**, 2026. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/confronto-economico-entre-paises-lidera-riscos-do-forum-economico-mundial>. Acesso em: 3 fev. 2026.

2 ‘FEBRE do ouro’ é sintoma de uma economia doente, afirma economista; valor bateu recorde em janeiro. **G1**, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2026/01/31/febre-do-ouro-e-sintoma-de-uma-economia-doente-afirma-economista-valor-bateu-recorde-em-janeiro.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

3 COLAÇO, J. Powell reage à Casa Branca e expõe pressão política inédita sobre o Federal Reserve. **G1**, 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/01/12/powell-reage-a-casa-branca-e-expoe-pressao-politica-inedita-sobre-o-federal-reserve.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E EM LEGISLAÇÃO APLICADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO – SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO – ARTS. 205 A 214

Consagrada no art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e dever do Estado, sendo promovida com colaboração da sociedade com o objetivo de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho pela melhoria de suas qualificações.

Art. 205 *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Os princípios do ensino estão consagrados no Texto Constitucional, no art. 206, e são os seguintes:

Art. 206 *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;*
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;*
- VII - garantia de padrão de qualidade;*
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;*
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Ainda, o parágrafo único do mencionado dispositivo determina que a lei deve dispor sobre os profissionais da educação e sobre a adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

As universidades devem obediência ao princípio de indissociabilidade¹ entre ensino, pesquisa e extensão, bem como têm autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Nos termos:

Art. 207 *As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Dica

Conforme a Súmula Vinculante nº 12, a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o inciso IV, do art. 206, da Constituição Federal.

Conforme o art. 208 da CF, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

Art. 208 *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;*
- II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;*
- III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;*
- IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;*
- V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;*
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.*

Antes da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a gratuidade do ensino apenas se aplicava ao ensino fundamental. A EC mencionada inovou ao estender a obrigatoriedade do ensino gratuito à toda a educação básica (infantil, fundamental e média).

Assim, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DO ENSINO DE MATEMÁTICA

As diferentes maneiras de conceber o ensino de matemática ao longo da história refletem visões distintas sobre o que é a própria matemática e sobre como o conhecimento se produz e se aprende.

A tendência formalista clássica, predominante até meados do século XX, tomava a matemática como um corpo de verdades acabadas e valorizava a memorização, a demonstração rigorosa e a reprodução de modelos, com o professor no centro e o aluno como receptor. A vertente empírico-ativista reagiu a esse modelo ao defender a experiência, a manipulação de materiais e o interesse do estudante como ponto de partida da aprendizagem, deslocando parte da iniciativa para quem aprende.

O Movimento da Matemática Moderna, difundido nas décadas de 1960 e 1970, procurou aproximar a escola da matemática acadêmica ao enfatizar a linguagem dos conjuntos, as estruturas e o rigor simbólico, o que acabou afastando o ensino do significado dos conceitos. A tendência tecnicista, por sua vez, transferiu a atenção para os métodos e as técnicas de ensino, valorizando objetivos operacionais, sequências padronizadas e a eficiência no treino de habilidades.

A perspectiva construtivista, apoiada nas pesquisas de Jean Piaget, passou a compreender o conhecimento matemático como uma construção do próprio sujeito, resultado de sua ação e de sua reflexão sobre os objetos, e não de transmissão direta. A corrente socioetnocultural trouxe para o centro a dimensão social e cultural da matemática, reconhecendo os saberes construídos por diferentes grupos e valorizando o contexto do estudante como parte legítima do processo de ensino.

Na prática docente contemporânea, essas correntes não se excluem, e o professor costuma combinar elementos de mais de uma delas conforme o conteúdo e a turma. O que se espera é que essa escolha seja consciente e fundamentada, e não a simples reprodução do modo como o próprio professor foi ensinado na sua formação escolar.

COMO A CRIANÇA CONSTRÓI O CONHECIMENTO MATEMÁTICO

A compreensão de como a criança elabora as primeiras noções matemáticas ganhou base científica com os estudos de Jean Piaget sobre o desenvolvimento do pensamento lógico, que mostraram que o número não é um dado imediato da percepção. Para essa teoria, o conceito de número resulta de uma abstração reflexiva, ou seja, de relações que a criança constrói mentalmente entre os objetos, e não de uma propriedade que ela simplesmente lê no mundo. A contagem

mecânica, nesse sentido, antecede e não garante a verdadeira compreensão da quantidade.

Constance Kamii, pesquisadora que trabalhou diretamente com as ideias de Piaget, sustenta que a estrutura lógico-matemática do número não pode ser ensinada por transmissão, pois é construída pela própria criança quando age sobre situações significativas e reflete sobre elas. Disso decorre uma consequência prática forte para o professor dos anos iniciais, que passa a ter como tarefa provocar o pensamento e favorecer a autonomia intelectual, em lugar de apenas corrigir respostas prontas. O erro, sob essa ótica, revela a lógica interna do raciocínio infantil.

A contribuição de Lev Vygotsky acrescenta a essa leitura a dimensão social e mediada da aprendizagem, ao mostrar que o desenvolvimento intelectual se apoia na interação com adultos e colegas mais experientes. O conceito de zona de desenvolvimento proximal descreve a distância entre o que a criança já faz sozinha e o que consegue realizar com apoio, região em que o ensino é mais produtivo. A linguagem, os signos e os instrumentos culturais, entre eles o próprio sistema de numeração, funcionam como mediadores dessa construção.

Note que as duas referências, embora partam de pressupostos diferentes, convergem em um ponto essencial para a sala de aula. Aprender matemática não é receber informações prontas, mas reorganizar formas de pensar por meio da ação, da reflexão e da troca com os outros. O papel do professor desloca-se da mera exposição para a criação de boas situações e para a mediação atenta do raciocínio de cada estudante.

A DIDÁTICA DA MATEMÁTICA DE ORIGEM FRANCESA

Um conjunto de teorias desenvolvidas na França a partir da década de 1970 ofereceu instrumentos precisos para analisar o que acontece na sala de aula de matemática, indo além das grandes teorias gerais da aprendizagem. Guy Brousseau formulou a Teoria das Situações Didáticas, que estuda as relações entre o professor, o aluno e o saber em torno de um problema, e cunhou noções hoje incorporadas ao vocabulário da área. Entre elas estão o contrato didático, a situação a-didática e a devolução, que é o ato de transferir ao aluno a responsabilidade por resolver o problema.

A noção de obstáculo epistemológico, também trabalhada nessa tradição, ajuda a entender por que certos erros são persistentes e recorrentes entre estudantes de épocas e lugares distintos. Muitas vezes o erro decorre de um conhecimento anterior que funcionava bem em um contexto restrito e passa a atrapalhar diante de uma situação nova, como ocorre quando a criança generaliza para os decimais regras válidas apenas para os naturais. Compreender o obstáculo permite ao professor planejar situações que o coloquem em xeque.

Gérard Vergnaud, com a Teoria dos Campos Conceituais, mostrou que um conceito matemático não se aprende isoladamente, mas dentro de um campo de situações, procedimentos e representações que lhe dão sentido ao longo de anos. O campo conceitual das estruturas aditivas, por exemplo, reúne todas as situações de juntar, separar, comparar e transformar quantidades, que a criança domina progressivamente,

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO